

Modernidade e Medievalidade : a Mulher de Bath e a representação da relação conjugal

“E a mulher estava vestida de púrpura e de escarlata (...)”
(*Apocalipse do Apóstolo S. João*, 17 : 4)

“Disguise our bondage as we will,
‘Tis woman, woman, rules us still.”

Thomas Moore (1779-1852)

“Brigands demand your money or your life; women require both.”

Samuel Butler (1835-1902)

No manual recentemente publicado por Luísa Leal de Faria e que cremos constituir desde já um precioso auxiliar dos anglistas portugueses, a autora alude ao debate em torno da avaliação e/ou classificação do momento contemporâneo por parte dos pensadores e analistas da cultura como de “pós-modernidade” ou mera reorientação ou redefinição da “modernidade” (Faria 1996: 28-30 e 597-614). Já mais consensual é, segundo a autora, a designação de *early modern* aposta ao período que decorre entre finais do século XV e meados do século XVIII (*ibidem*: 30), correspondendo sensivelmente àquilo que o antigo curso liceal designava de “Idade Moderna” e fazia compreender entre 1453 e 1789. A natureza precária, porque instrumental e aproximativa, das questões de datação e taxonomia de épocas, movimentos e tendências é, porém, simultaneamente ilustrada, agravada e relativizada pela frequência com que traços, características ou atributos conotáveis com

essa fluída modernidade são detectados em autores, obras, factos, fenómenos e até períodos cronologicamente exteriores a essas balizas temporais; tal é, por exemplo, o caso de Geoffrey Chaucer (c.1340-1400), tantas vezes registado nas conservatórias literárias como o “pai da **moderna** literatura inglesa”.

Entre os factores que denotam essa modernidade ou para ela parecem contribuir de modo significativo contam-se a capacidade de assimilação e adaptação inovadoras de modelos recebidos e influências sofridas, designadamente franceses e italianos; a opção deliberada pela língua nativa, enfim encarada e utilizada como meio de expressão literária, um dos múltiplos sinais que, na segunda metade do século XIV, documentam a emergência de um sentido e uma consciência de identidade nacional; e o próprio favor concedido a personagens inglesas comuns que, pelo seu realismo e pela assumpção manifesta de uma individualidade, superam algumas limitações apontadas por vezes às personagens medievais como o seu carácter abstracto, meramente exemplificativo porque frequentemente exemplar, de uma transparência quase imaterial. Como paradigma dessa superação tomaremos a Mulher de Bath, personagem de *The Canterbury Tales*, obra composta a partir de 1386-7 e a mais representativa da chamada “fase inglesa” da produção chauceriana; a edição utilizada é, por universalmente acessível, a de Nevill Coghill (Coghill 1982), sem menosprezo pelos reparos tecidos por Olívio Caeiro na sua tradução parcelar do texto de Chaucer (Caeiro 1980: 11).

Se a identidade da Mulher de Bath pode suscitar algumas dúvidas em virtude da ocorrência simultânea e aparentemente indistinta dos nomes de “Alice” e “Alison” (Coghill 1982: 285 e 298, respectivamente; sobre este ponto, cf. Bowden 1986: 227, n. 1), sendo também estes os nomes da madrinha (Coghill 1982: 290 e 291), em termos

socioprofissionais a personagem insere-se na pequena burguesia manufactureira do sector têxtil inglês, cujos desenvolvimento e qualidade indiciam já uma situação concorrencial, senão de supremacia, face ao seu congénere flamengo. cremos, contudo, poder afirmar que a imortalidade alcançada pela Mulher de Bath na perenidade das lembranças que dela porventura guardamos decorre, sem dúvida, menos de uma caracterização socioprofissional do que da encarnação de um determinado tipo de mulher e esposa frequentemente presente nos *fabliaux* (género, aliás, cultivado por Chaucer em *The Canterbury Tales*) e assim evocado por Shulamith Shahar :

“(...) the married woman is pictured as domineering, deliberately disobeying her husband, quarrelsome, demanding, interested in other men, straying, jealous, making scenes if her husband looks at or greets another woman, lazy, neglecting her home and allowing her servants to be slovenly. She does not hesitate to defend the chambermaid who is her confidante against her husband when he demands that the maid fulfil her duties properly. The married woman is frivolous, capricious, deceitful, sanctimonious, pretending to play the unfortunate victim in order to extract what she wants from her husband. In every argument she is the victor and she leads her husband by the nose. She times her requests skilfully and usually makes them in bed. All this is summed up in the popular saying: ‘No man marries without regretting it.’ In few of the tales does the wife eventually accept her husband’s authority.” (Shahar 1984: 77).

E no entanto, como lembra ainda Shahar, “bourgeois literature cannot be regarded as condemning marriage, since it is depicted as central to human life, even if its image is negative. (...) But this literature is hostile to women. (...) The negative image of woman dominates (...). Recognition of female sexuality does not necessarily imply respect towards her.” (*ibidem*: 77-8).

A observação de Boitani, para quem “(...) in the *Canterbury Tales* the theme of marriage is developed through a series of approaches and oscillations between ‘feminism’

(the Wife of Bath) and ‘male chauvinism’; they are like photographs of the same object taken from so many different angles” (Boitani 1986: 256), acentua com nitidez a globalidade e pluralidade decorrentes da existência de vários contos sobre a temática do casamento ou, como propôs George Kittredge há quase um século, de um “marriage group” (Kittredge in Wagenknecht (ed.) 1959: 188-215), cuja existência é, no entanto, contestada, entre outros, por Henry Hinckley (in *ibidem*, 216-25) e Dieter Mehl (Mehl 1986: 106). Situando-se num âmbito mais restrito, o nosso estudo propõe-se, por um lado, reflectir sobre a representação da conjugalidade nos textos e trechos relativos à Mulher de Bath (o Prólogo e o Conto respectivos, bem como o Prólogo Geral, doravante identificados pelas siglas *PMB*, *CMB* e *PG*, antecedendo a indicação de página), por difícil que seja isolar tal representação desse mais vasto universo que vulgarmente designamos de “condição feminina”; e, por outro, determinar de que modo coexistem já nessa representação alguns traços de modernidade que, perdoado o anacronismo e expurgando o termo de investimentos, leituras e conotações mais radicais, permitirão eventualmente (entre)ver na Mulher de Bath a primeira ‘feminista’ da literatura inglesa e encarar o respectivo Prólogo como “(...) a fourteenth-century feminist manifesto” (Brewer 1985: 206). Cerca de trinta anos antes, já Muscatine se havia referido à personagem como encarnando “(...) practical experience as against received authority, female freedom as against male domination, and unblushing sensuality as against emotional austerity.” (Muscatine 1957: 204).

Em jeito de abertura, note-se que a auto-proclamada autoridade da Mulher de Bath em todas as matérias que se prendem com o casamento é o corolário (quase diríamos inevitável) de uma longa história conjugal que começaria a ser escrita aos 12 anos, abarcando, à parte outras companhias oficiosas, cinco maridos, o que faz de Dame Alice

uma Elizabeth Taylor tardo-medieval ... Essa história, que fornece, como é sabido, a matéria narrativa do Prólogo, acha-se dotada de um final aberto, face à anunciada disponibilidade para um sexto casamento que venha pôr termo a uma castidade forçada e incômoda (“Welcome the sixth, whenever he appears. / I can’t keep continent for years and years.”, *PMB*: 277) e solicitado, de resto, na singular oração final:

“(…) may Christ Jesus send
Us husbands meek and young and fresh in bed,
And grace to overbid them when we wed.
And – Jesu hear my prayer ! -- cut short the lives
Of those who won’t be governed by their wives;
And all old, angry niggards of their pence,
God send them soon a very pestilence !” (*CMB*: 310).

Para esta sensualidade assumida concorrem circunstâncias caracterológicas (por exemplo, a garridice e o gosto por atrair as atenções traduzíveis na escolha do vestuário, onde avultam o famoso chapéu largo, as meias vermelhas e sobretudo o flamejante vestido escarlate), morfológicas (a tez avermelhada, os dentes afastados e as “ancas opulentas”, como diria Cesário) e finalmente astrológicas, mercê da explosiva influência conjunta de Vénus e Marte.

Ao afirmar que “(…) a Mulher de Bath fez da história que nos conta o triunfo da sua dialéctica” (Caeiro 1980: 41), Olívio Caeiro sublinha, afinal, a relação de homologia e complementaridade que une o Prólogo e o Conto. Comuns a ambos são, de facto, os princípios e as convicções que a personagem perfilha e defende num processo reminiscente da escolástica medieval, mas que, por comodidade, poderíamos condensar em duas teses, uma implícita (a de que a relação conjugal é essencialmente uma relação de poder) e outra,

pelo contrário, perfeitamente explícita: a de que, no espaço da conjugalidade, esse poder é o mais secreto objecto do desejo feminino, sendo respectivamente a detenção ou não do poder conjugal pela mulher o critério aferidor da bondade ou perversidade do próprio casamento. Não surpreende, portanto, que os maridos velhos e ricos (os três primeiros dos cinco que integram o *curriculum* matrimonial da Mulher de Bath, ordinais de uma série em aberto que parece tender para infinito ...) sejam, por facilmente controláveis ou manipuláveis (a própria personagem admite que “(...) myself have been the whip”, *PMB*: 281), qualificados de “bons”, enquanto os restantes se mostram temporariamente avessos a essa ‘domesticação’. Este maniqueísmo subjaz e conduz à equação segundo a qual os maridos “bons” não inspiram qualquer sentimento de amor (*PMB*: 282), ao contrário dos “maus” e especialmente do último, Johnny, estudante de Oxford.

As teses complementares de que toda a mulher pretende obter e/ou conservar o poder conjugal, devendo-lhe este ser/estar entregue, serão objecto de uma *disputatio* que a personagem centraliza e conduz através da exposição de argumentos próprios (*argumentatio*) e refutação dos alheios (*refutatio*); o processo revela-se, todavia, mais complexo mercê, por exemplo, da destruição da argumentação contrária com as suas próprias armas, isto é, de uma contra-argumentação construída a partir dos argumentos refutáveis(ad)os como no reconhecimento de que “One of us must be master, man or wife, / / And since a man’s more reasonable, he / Should be the patient one (...)”, *PMB*: 288). Com efeito, o que move a Mulher de Bath não é sequer a igualdade entre os sexos (desiderato que, no plano jurídico-legal, cívico, laboral ou outro, norteia e caracteriza cada vez mais as modernas formações sociais e familiares), mas uma declarada supremacia feminina (feminista?) que pulveriza toda e qualquer avaliação ou classificação do belo sexo como

“sexo fraco” e, bem pelo contrário, tornaria facilmente visualizável e plenamente justificável o recurso dos cônjuges a uma eventual Comissão da Condição Masculina ...

Quanto às munições que integram esse arsenal retorico-argumentativo, além da chamada “sabedoria popular”, de evidente articulação com a oralidade, lembraríamos o testemunho e a sanção da palavra escrita buscados na evocação ou citação de obras religiosas e laicas (abrangendo textos bíblicos, tratados e epístolas de cariz moralizador ou edificante, obras ‘científicas’ e de literatura e mitologia greco-latinas, etc.) e, mais especificamente, o lugar ocupado por uma certa tradição biblico-patrística, clássica e medieval que, em textos compostos pelos degredados filhos de Eva, tende a apresentar ou representar o estatuto e a dignidade da mulher de forma no mínimo depreciativa (para a identificação das fontes, cf., por exemplo, Cooper 1991: 141-6). É, porém, fundamental sublinhar desde já a forma pessoalíssima, adaptada e não raro distorcida que a citação ou evocação desses materiais assume (vejam-se, por exemplo, os passos consagrados à defesa dos múltiplos casamentos, *PMB*: 276-8, e à relativização da excelência dos estados de castidade e virgindade, *ibidem*: 278-81), levando Sheila Delany a apontar “(...) the odd blend of flaunting and suppression that constitutes her (the Wife of Bath’s) mode of quotation from authoritative texts. Her scriptural hermeneutic often distorts by omission : a tactical silence about the context of a cited locus, or about its traditional and authoritative significance, or even the omission of subsequent words that might contradict the meanings she wishes to produce.” (Delany 1990: 113).

À autoridade livresca vem ainda juntar-se um saber empírico, eminentemente prático e pragmático onde os actos e as palavras, o engenho e a arte, o explícito e o implícito, o inato e o adquirido se conjugam aproveitando os recursos (caracteristicamente

femininos, segundo a personagem) das lágrimas, juras, mentiras e acusações (“Lies, tears and spinning are the things God gives / By nature to a woman, while she lives. / So there’s one thing at least that I can boast, / That in the end I always ruled the roast; (...)” (*PMB*: 287), mas também os truques ensinados pela madrinha (*ibidem*: 292). No entanto, a utilização conjugada e torrencial de todas estas armas comporta e materializa perigos ou efeitos secundários já apontados por alguns críticos, nomeadamente o de, ao pensar como pensa, falar como fala e agir como age, Dame Alice poder ironicamente ser lida como dando, afinal, razão aos mais encarniçados detractores do sexo feminino, já que os pensamentos, as palavras e acções da Mulher de Bath constituem, afinal, a prova dos nove que multisseculares tradições bíblicas, literárias e culturais anti-femininas nunca ou raramente haviam sentido necessidade de tirar. Como nota Delaney : “The character’s exempla and allusions backfire: her ‘self-revelation’ confirms the worst stereotype as she reveals herself to be an ambitious, indiscreet, disloyal, lustful woman (...). The representation does in its multiple ironies operate as a negative exemplum, affirming the values of the hegemonic culture.” (Delaney 1990: 121).

No que toca aos três primeiros maridos, o confesso objectivo de controle dos seus bens pela Mulher de Bath (“Why do you hide the keys of coffer doors ? / It’s just as much my property as yours”, *PMB*: 285) recorre, entre outras estratégias, a uma pseudo-vigilância como forma de adular o ego do cônjuge e que curiosamente se opõe à liberdade de movimentos reivindicada *de jure*, mas já usufruída *de facto*, pela protagonista (“We cannot love a husband who takes charge / Of where we go. We like to be at large.”, *ibidem*: 285); à comparação com outras mulheres, tendo em vista a apresentação e satisfação de exigências consumistas; e, finalmente, à chantagem sexual (“(...) you can’t be such a noddy / As think

to keep my goods and have my body ! / One you must do without, whatever you say.”, *ibidem*: 285) que desemboca sistematicamente no fingimento do prazer durante e após o acto que de amoroso só teria o nome ... O evidente deleite com que a Mulher de Bath recita e saboreia as suas memórias conjugais, alternando subentendidos e disfemismos e não raro transpondo as fronteiras do pudor, admite, no entanto, alguns leves e breves sentimentos de culpa ou remorso (“O Lord, I wrecked their peace, / Innocent as they were, without remorse ! / For I could bite and whinney like a horse / And launch complaints when things were all my fault; (...)”, *PMB*: 286-7, ou, referindo-se ao quarto marido: "By God on earth, I was his purgatory, / For which I hope his soul may be in glory. / (...) And God and he alone can say how grim, / How many were the ways I tortured him.”, *ibidem*: 289) e mesmo de uma nostalgia consciente, responsável, em dado momento, por um tom quase elegíaco:

“(…) whenever it comes back to me,
 When I recall my youth and jollity,
 It fairly warms the cockles of my heart !
 (...) I’ve had my fruit,
 I’ve had my world and time, I’ve had my fling !
 But age that comes to poison everything
 Has taken all my beauty and my pith.
 (...) The flour is gone, there is no more to say,
 And I must sell the bran as best I may; (...)” (*ibidem*: 289).

Os dois últimos casamentos apresentam, cada qual a seu modo, uma especificidade que os distingue claramente dos três anteriores. Assim, o carácter namoradeiro do quarto marido fá-lo-á consumir-se nas chamas de um ciúme idêntico ao ateadado na esposa; quanto a Johnny, ele constitui a excepção às regras do desamor e da posse, gestão e do usufruto femininos do património conjugal que haviam dominado os anteriores casamentos da

Mulher de Bath, ao ser por esta apresentado como “(...) the one I took for love and not for wealth, (...)” (*PMB*: 290) e receptor dos bens acumulados (“I handed him the money, lands and all / That ever had been given me before: (...)”, *ibidem*: 293). O posterior arrependimento deve-se, contudo, menos às frequentes agressões (*ibidem*: 290) do que às diatribes misóginas de Johnny, sendo, aliás, as ofensas morais, não as físicas, as responsáveis pela mais célebre sequência narrativa de todo o Prólogo: a da mutilação dessa Bíblia da misogenia por uma desvairada Mulher de Bath e a subsequente troca de agressões, já interpretadas como “(...) the embodiment of experience ripping out the pages of the book of authority, and of militant feminism fetching traditional masculine domination a healthy blow on the cheek.” (Muscatine 1957: 213). No entanto, é esta tempestade doméstica que propicia a bonança através da coexistência, até aí inédita, de uma verdadeira relação de amor e da gestão feminina do património conjugal:

“He gave the bridle over to my hand,
Gave me the government of house and land,
Of tongue and fist, indeed of all he'd got.
I made him burn that book upon the spot.
And when I'd mastered him, and out of deadlock
Secured myself the sovereignty in wedlock,
And when he said, 'My own and truest wife,
Do as you please for all the rest of life,
But guard your honour and my good estate,'
From that day forward there was no debate.” (*PMB*: 298).

Como se disse, o Conto da Mulher de Bath, misto de novela de cavalaria e conto popular, a que não falta o elemento magico-maravilhoso característico do *Breton lay*, ilustra as teses que ela própria já havia defendido e documentado no respectivo Prólogo; com

efeito, a ideia de que, acima de tudo, a mulher pretende conquistar e conservar o poder no casamento, comunicada pela velha ao cavaleiro e por este à corte como solução para o enigma proposto pela rainha (“A woman wants the self-same sovereignty / Over her husband as over her lover, / And master him; he must not be above her.”, *CMB*: 304), é aceite sem hesitações nem demonstrações, unificando a multiplicidade de respostas até então colhidas e tomando foros de postulado universal. Entre outros pólos de interesse, lembraríamos rapidamente os motivos e as convenções característicos da literatura de cavalaria, como a demanda, quase sempre (como aqui) limitada no tempo; as alfinetadas anti-clericais e anti-cavalheirescas através, respectivamente, da responsabilização dos frades pelo desaparecimento das fadas e da imputação ao cavaleiro do crime de violação da jovem camponesa, questionando-se assim um código de conduta nominalmente protector dos pobres, dos indefesos e das mulheres; e, finalmente, a inclusão de tópicos de debate apropriados aos jogos cultistas e conceptistas dos púlpitos das igrejas, dos bancos de escola e das cortes de amor: lembremos, entre outros pares de opostos, os de juventude/velhice, riqueza/pobreza, nobreza de nascimento/nobreza de alma, beleza/fealdade, fidelidade/adultério, alguns dos quais condensados no dilema que a velha começará por colocar ao cavaleiro, mas que ela própria, por este investida do poder de decisão, resolve num final em tons de cor-de-rosa, onde se projectam ou sublimam os sonhos que ainda comandam a vida desta “(...) incurable romantic, a secret Mills and Boon addict.” (Cooper 1991: 126).

Como conclusão, importa, em primeiro lugar, apontar os principais traços de modernidade consubstanciados nos textos adjacentes à *Mulher de Bath*. Em nossa opinião, merecem destaque o espírito de iniciativa, independência e auto-suficiência de que a

personagem dá bastas provas; a assumpção franca, desinibida, por vezes até despudorada, da sua própria sexualidade; e sobretudo, porque mais vasta, a reivindicação dos direitos da mulher, quer em termos da posse e gestão do património conjugal, quer da liberdade de movimentos, quer ainda do desejo e prazer sexuais. Todos estes traços formam, por assim dizer, o arco de uma ponte suspensa sobre os seiscentos anos que correm entre as margens finiseculares dos séculos XIV e XX e despertam, afinal, sensações de identificação ou reconhecimento a que alude Caeiro, ao escrever: “Todos, novos e velhos, já encontrámos, pelo menos uma vez na vida, a Mulher de Bath ...” (Caeiro 1980: 40).

Cremos ser ainda oportuno formular algumas interrogações a que esta Jornada começará talvez a responder: será essa modernidade da Mulher de Bath o resultado ou a consequência de um proto-feminismo que, curiosamente, poderá ser a face visível de um retrato satírico-caricatural feito de traços e pinceladas anti-femininos ? Estaremos porventura perante um reflexo da alegada misoginia pessoal de Chaucer (Caeiro 1980: 40), (pres)entida por alguns contemporâneos em *Troilus and Criseyde* (1380-5) e responsável pela composição de *The Legend of Good Women* (1386), cuja incompletude, na explicação venenosa (e essa sim misógina) de John Lydgate (1370?-1451?), se ficaria a dever à inutilidade dos esforços de Chaucer no sentido de buscar mais mulheres virtuosas (apud Coghill 1982: 16) ?

Se, finalmente, colocarmos o famoso realismo chauceriano no outro prato da balança interpretativa, mesmo descontando as relações de dívida ou de parentesco que unem o Prólogo Geral de *The Canterbury Tales* à sátira de classes ou estratos socioprofissionais (*estates satire*), apontadas no estudo clássico de Jill Mann (Mann 1973), até que ponto será legítimo ou credível excluir a hipótese de estarmos perante uma

representação razoavelmente fiel da mulher burguesa do período tardo-medieval inglês ? Afinal, como escreve Peggy Knapp, “custom, which often superseded common law, gave married, propertied women power over their money and business holdings, and through that power, considerable freedom in personal matters.” (Knapp 1990: 117). Embora relativa a outro estrato socio-económico (a classe senhorial), atente-se também na seguinte legenda de uma ilustração reproduzida in McDowall:

“Throughout the Middle Ages, if a castle or manor was attacked while its lord was away, it was the duty of his wife (...) to defend it. A lady had to know everything about administering her lord’s manor and lands, for she was responsible when he was away. One lady who did not completely trust her lord’s ability to manage while she was away, wrote to him, ‘Keep all well about you till I come home, and treat not (..) without me, and then all things shall be well.’” (McDowall 1995: 62).

Não seria já a Mulher de Bath um primeiro esboço do seguinte cenário Tudor ?

“Foreign visitors were surprised that women in England had greater freedom than anywhere else in Europe. Although they had to obey their husbands, they had self-confidence and were not kept hidden in their homes as women were in Spain and other countries. They were allowed free and easy ways with strangers. As one foreign visitor delightedly noticed, ‘You are received with a kiss by all, when you leave you are sent with a kiss. You return and kisses are repeated.’”(ibidem: 84).

Em termos de liber(al)idade de movimentos e cumprimentos, estamos, de facto, a anos-luz do modelo que, durante séculos, vigorará entre nós, onde, como é frequentemente lembrado, as saídas femininas ocorriam por alturas do baptizado, do casamento e do funeral e a casa portuguesa com certeza já tinha tabuinhas ...

Está evidentemente fora dos nossos horizontes ideológicos e argumentativos propor Chaucer como um apóstolo, paladino ou precursor da emancipação feminina, causa que,

segundo Shahrar, tão pouco terá sido abraçada por qualquer figura ou movimento contestatário(a) da ordem medieval (Shahrar 1984: 221). No entanto, se a vida por vezes também imita a ficção, gostaríamos de concluir com uma hipótese talvez académica: a de que a representação e consagração satirico-caricaturais da mulher possam ter contribuído de forma indirecta, involuntária ou subterrânea para que a mulher burguesa, que dispunha já de um peso e lugar próprios no palco económico-laboral urbano (*ibidem*: 175 e 189), tenha gradualmente começado a tomar consciência da sua identidade, dignidade e importância, adoptando, interiorizando ou reivindicando características e comportamentos que a literatura há muito já lhe concedia.

Referências da Bibliografia Selectiva

I - Geoffrey Chaucer / *The Canterbury Tales* :

I.1. Primária :

CAEIRO, Olívio (trad.) (1980), *Geoffrey Chaucer. Os Contos de Cantuária (selecção). Tradução directa do médio inglês, estudo prefacial e notas por -----*, Porto, Brasília Editora, “Poética”.

COGHILL, Nevill (ed.) (1982), *Geoffrey Chaucer. The Canterbury Tales translated into modern English by -----*, Harmondsworth, Penguin Books, “Penguin Classics” (1951).

I.2. Secundária :

BOITANI, Piero (1986), *English Medieval Narrative in the 13th and 14th centuries*, Cambridge, Cambridge University Press, “Cambridge Paperback Library” (1982).

----- e MANN, Jill (eds.) (1986), *The Cambridge Chaucer Companion*, Cambridge, Cambridge University Press.

BOWDEN, Muriel (1986), *A Commentary on the General Prologue to the Canterbury Tales*, London, Souvenir Press, Educational & Academic (The Macmillan Company, 1967).

BREWER, Derek (1985), *An Introduction to Chaucer*, London / New York, Longman (1984).

COOPER, Helen (1991), *Oxford Guides to Chaucer - The Canterbury Tales*, Oxford, Oxford University Press (1989).

DELANY, Sheila (1990), “Strategies of silence in the Wife of Bath’s recital” in *Medieval literary politics: shapes of ideology*, Manchester / New York, Manchester University Press, “Cultural Politics”, pp. 112-29.

KEAN, P. M. (1972), *Love Vision and Debate - Chaucer and the Making of English Poetry*, London / Boston, Routledge & Kegan Paul, 2 vols.

KNAPP, Peggy (1990), *Chaucer and The Social Context*, New York / London, Routledge.

MANN, Jill (1973), *Chaucer and Medieval Estates Satire. The Literature of Social Classes and the ‘General Prologue’ to the ‘Canterbury Tales’*, Cambridge, at the University Press.

MEHL, Dieter (1986), *Geoffrey Chaucer: an introduction to his narrative poetry*, Cambridge, Cambridge University Press (*Geoffrey Chaucer. Eine Einführung in seine erzählten den Dichtungen*, s. l., Erich Schmidt Verlag GmbH, 1973).

MUSCATINE, Charles (1957), *Chaucer and the French Tradition. A Study in Style and Meaning*, Berkeley / Los Angeles / London, University of California Press.

SLADE, Tony (1969), "Irony in the Wife of Bath's Tale" in ANDERSON, J. J. (ed.) (1977), *Chaucer. The Canterbury Tales. A Selection of Critical Essays*, London / Basingstoke, The Macmillan Press, "Casebook Series", pp. 161-71 (1974).

WAGENKNECHT, Edward (ed.) (1959), *Chaucer. Modern Essays in Criticism*, New York, Oxford University Press, "Galaxy".

II - A Mulher e o Casamento :

ANDERSON, Bonnie S. e ZINSSER, Judith P. (1990), *A History of Their Own. Women in Europe from Pre-History to the Present*, Harmondsworth, Penguin Books, II (s.l., Harper & Row, 1988).

BROOKE, Christopher (1991), *O Casamento na Idade Média*, Lisboa, Publicações Europa-América, "Forum da História", 12 (*The Medieval Idea of Marriage*, Oxford, Oxford University Press, 1989).

DRESEN-COENDERS, Lène (ed.) (1987), *Saints & She-Devils. Images of Women in the 15th and 15th Centuries*, London, The Rubicon Press (*Tussen heks en heilige*, Nijmegen, SUN, 1985).

GOODY, Jack (1983), *The Development of the Family and Marriage in Europe*, Cambridge.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane (1989), "A Mulher e a Família" in LE GOFF, Jacques (dir.), *O Homem Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, "O Homem e a História", 1, pp. 193-208 (*L' Uomo Medievale*, Roma-Bari, Gius. Laterza & Figli Spa, 1987).

SHAHAR, Shulamith (1984), *The Fourth Estate. A History of Women in the Middle Ages*, London / New York, Methuen & Co., "Methuen Paperbacks", 848 (1983).

III - Varia :

FARIA, Luísa Leal de (1996), *Sociedade e Cultura Inglesas*, Lisboa, Universidade Aberta, 98.

McDOWALL, David (1995), *An Illustrated History of Britain*, Harlow, Essex, Longman Group Ltd. (1989).

PERNOUD, Régine (1978), *O Mito da Idade Média*, Lisboa, Publicações Europa-América, “Saber”, 125 (*Pour en Finir avec le Moyen Age*, Paris, Éditions du Seuil, 1977).